

© 2007 Cambridge University Press

© 2012 da tradução brasileira

Título original: *John Searle's Philosophy of Language: Force, Meaning, and Mind*

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F524

A filosofia da linguagem de John Searle: força, significação e mente /
Savas L. Tsohatzidis (org.); tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. –
São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Tradução de: John Searle's Philosophy of Language
ISBN 978-85-393-0356-4

1. Searle, John R. 2. Linguagem e línguas – Filosofia. I. Tsohatzidis,
Savas L., 1955-.

12-6444.

CDD: 121.68

CDU: 164.02

Editora afiliada:



1

O que é a linguagem: algumas observações preliminares

John R. Searle

1 Naturalizando a linguagem

Eu acredito que as maiores realizações em Filosofia nos últimos cem ou 125 anos foram feitas na Filosofia da Linguagem. Começando com Frege, que inventou o assunto, e continuando com Russell, Wittgenstein, Quine, Austin e seus sucessores, até os dias de hoje, não há nenhum ramo da Filosofia com tanto trabalho de alta qualidade como a Filosofia da Linguagem. Do meu ponto de vista, a única realização comparável àquelas dos grandes filósofos da linguagem é a reinvenção do assunto da filosofia política (e, portanto, implicitamente, do assunto da ética) por Rawls. Mas, com essa única possível exceção, acho que o trabalho da Filosofia da Linguagem está no topo de nossas realizações.

Contudo, dito isso, tenho de registrar uma séria inquietação sobre esse assunto. O problema é que seus praticantes, em geral, não tratam a linguagem como um fenômeno natural. Isso pode parecer uma acusação estranha, dado que tantos filósofos da linguagem contemporâneos se preocupam em enfatizar o caráter empírico de suas teorias. Quine e Davidson são exemplos evidentes de um empirismo resolutivo. Nossa objeção é que poucos desses pensadores tentam tratar a linguagem como extensão natural de capacidades biológicas não linguísticas. A linguagem não é vista em conti-

nuidade com o resto de nossa herança biológica especificamente humana, nem como uma extensão dela. Pensamos que há uma forte razão, tanto histórica como intelectual, para a linguagem não ter sido tratada naturalisticamente: porque a Filosofia da Linguagem se desenvolveu em estreita colaboração com a lógica matemática. De fato, Frege realmente inventou tanto a Filosofia da Linguagem como a Lógica moderna. E o crescimento da Filosofia da Linguagem com Russell e o primeiro Wittgenstein foi bastante encarado como uma aplicação da lógica matemática. No entanto, mesmo o segundo Wittgenstein e Austin, os quais reagiram contra o logicismo excessivo da Filosofia da Linguagem, não encaravam a linguagem como um fenômeno biológico natural. Não é difícil pensá-la como uma extensão de capacidades biológicas, mas se por “lógica” se quer dizer sistemas formais do tipo desenvolvido por Frege e seus sucessores, então, definitivamente, a Lógica não é um fenômeno biológico. Ao contrário, a biologia especificamente humana existiu por dezenas de milhares de anos antes que a Lógica nesse sentido fosse inventada.

Como seria tentar tratar a linguagem naturalisticamente, no meu sentido? O primeiro passo seria o que muitos filósofos têm resistido a dar, isto é, ver a significação linguística – a significação de sentenças e de atos de fala – como uma extensão de formas de intencionalidade biologicamente mais fundamentais que as que temos nas crenças, desejos, lembranças e intenções, e ver essas coisas, por sua vez, como desenvolvimentos de formas de intencionalidade ainda mais fundamentais, especialmente a percepção e ação intencional. Dentre as formas mais básicas de intencionalidade, aquelas biologicamente mais primitivas, juntamente com a fome, a sede e o desejo sexual, estão a percepção e a intenção-na-ação. Dadas as percepções e as ações, os animais possuem a capacidade de desenvolver lembranças e intenções precedentes, assim como crenças, desejos e outras formas de intencionalidade, tais como a expectativa e o medo, a raiva e a agressão. Eu acredito que podemos ver os fundamentos biológicos da linguagem na intencionalidade pré-linguística. Nossa questão inicial deveria então ser: quais são as similaridades e as diferenças entre as formas pré-linguísticas de consciência e intencionalidade e as formas linguísticas? Não sabemos como, de fato, a linguagem evoluiu e, na falta de evidência fóssil, podemos não saber nunca exatamente como ela evoluiu, mas sabemos que, de fato, ela evoluiu, e devemos pelo menos ser capazes de responder à questão:

quais são as relações lógicas e conceituais entre as formas pré-linguísticas de consciência e intencionalidade e as formas linguísticas evoluídas?

Eu quero enfatizar que essa abordagem é totalmente diferente das abordagens padrão. Davidson, por exemplo, pensava que apenas um ser que possui uma linguagem pode ter estados mentais intencionais tais como crenças e desejos. Eu penso que ele tomou a Biologia exatamente de trás pra frente. Muitas espécies de animais possuem percepções, desempenham ações e são capazes de adquirir crenças, desejos e intenções, embora não possuam qualquer linguagem. Além disso, diversas espécies são capazes de processos pré-linguísticos de pensamento. Eu sugiro que pensemos a linguagem humana como uma extensão dessas capacidades pré-linguísticas.

O objetivo deste capítulo é o de explicar alguns dos aspectos essenciais da linguagem humana, e eu enfatizarei especialmente aqueles aspectos da linguagem que estão relacionados à sociedade humana. Note-se que eu digo “o que é a linguagem?” e não “o que é *uma* linguagem, como o francês, o alemão ou o inglês?”. Não estarei interessado naquilo que torna uma linguagem diferente de outras, mas naquilo que todas elas têm em comum. Além do naturalismo propugnado nos parágrafos anteriores, um segundo tema central deste capítulo será que as considerações padrão da linguagem pela Filosofia da Linguagem e pela Linguística tendem a subestimar – e, portanto, a representar mal – o papel da sociedade e das convenções sociais. As considerações gerais da sociedade dadas em disciplinas como a Sociologia tendem a subestimar – e, portanto, a representar mal – o papel especial da linguagem na sociedade. Entre outras coisas, argumentarei que a linguagem é essencialmente social, não apenas de uma maneira antiga, mas também de uma maneira que torna a sociedade humana essencialmente linguística. A ligação-chave entre a linguagem e a sociedade é a noção de *deontologia*, uma noção que envolve compromissos de diversos tipos, acerca dos quais voltarei mais adiante. Por razões que ainda tentarei enunciar, a linguagem requer uma deontologia. Essa deontologia introduzida pela linguagem torna possível as formas especificamente humanas de sociedade e de civilização.

Uma das questões essenciais tratadas por este capítulo é a seguinte: uma vez que as sociedades humanas são significativamente diferentes das sociedades animais, como exatamente essas diferenças são levadas em conta pela existência de linguagens humanas?

2 A linguagem como fonologia, sintaxe e semântica

As considerações acerca da linguagem feitas pelos livros de referência dizem que linguagens específicas como o francês ou o alemão consistem em três componentes: um componente fonológico, que determina como as palavras e sentenças são pronunciadas; um componente sintático, que determina os arranjos de palavras e morfemas nas sentenças; e um componente semântico, que atribui uma significação ou interpretação às palavras e sentenças. Considerações mais sofisticadas acrescentam que deve haver também um componente pragmático, que não é um componente de linguagens específicas, mas, em vez disso, estabelece certas restrições acerca do uso da linguagem e não é interno a linguagens específicas da maneira como a sintaxe do francês é interna ao francês e a sintaxe do alemão é interna ao alemão. Para os nossos propósitos, podemos ignorar a fonologia, porque não é essencial à linguagem ser falada. (É importante, contudo, que qualquer linguagem, falada ou não, deva ser pensável. Diz-se algumas vezes que as pessoas pensam em palavras. A menos que elas estejam falando de viva voz para si mesmas, isso não é verdadeiro. Elas pensam em *imagens* de palavras.) Contudo, a relação da sintaxe para com a semântica é crucial. A sintaxe organiza a semântica de acordo com três princípios: distinção, composicionalidade e generalidade. A distinção é aquele aspecto pelo qual os elementos sintáticos conservam sua identidade sob as diversas operações sintáticas. Assim, por exemplo, quando se modifica a ordem de uma sentença, as palavras (e morfemas) não perdem sua identidade. Diferentemente de fazer um bolo, quando os ingredientes são modificados ao serem misturados, formar uma sentença não modifica as palavras e morfemas que estão sendo colocados juntos; pode-se ter uma sentença contendo oito ou doze palavras, mas não se pode ter uma sentença contendo nove palavras e meia. A composicionalidade é tanto uma propriedade sintática como semântica. Do ponto de vista sintático, um elemento complexo como sentença é construído a partir de elementos simples, palavras e morfemas, de acordo com as regras de formação da linguagem. Do ponto de vista semântico, a significação da sentença inteira é determinada pela significação dos elementos simples juntamente com a estrutura sintática da sentença. Por exemplo, entendemos a sentença "John ama Mary" de maneira diferente da sentença "Mary ama John", mesmo que ambas as sentenças possuam os mesmos

elementos, porque os elementos estão arranjados de maneiras diferentes. A generalidade, tal como utilizo o termo, implica que as operações sintáticas de uma linguagem permitem aos falantes gerar um número indefinido de novas sentenças. Estritamente falando, não há limitação para o número de sentenças em qualquer linguagem natural humana.

Essa averiguação até aqui é OK, mas incompleta. Eu argumento que ela deixa de fora uma dimensão crucial da linguagem, a saber, o elemento que, numa linguagem comum, poderíamos descrever como o *compromisso*, e que eu descreverei de maneira mais geral como a deontologia. A deontologia é essencial para a natureza da linguagem humana segundo modos que eu preciso explicar.

3 Sociedade e linguagem

Na Linguística e na Filosofia, há uma concepção mais ou menos ortodoxa da linguagem, mas não há esse ponto comum nas considerações acerca da sociedade feitas pela ciência social. Parece-me que as considerações acerca da sociedade com as quais estou familiarizado, percorrendo o longo caminho desde Aristóteles até hoje, concebem radicalmente mal o papel da linguagem de maneira que, em um sentido importante, elas consideraram pacífica a existência da linguagem e então se perguntam: “Como a sociedade funciona?”, “Como ela é construída?” e assim por diante. Quando digo que elas dão por pacífica a existência da linguagem, quero dizer que, ao explicarem a natureza da sociedade, elas não se perguntam: “O que é a linguagem?”. Em vez disso, elas simplesmente presumem a existência da linguagem e prosseguem a partir daí. Talvez os piores a esse respeito sejam os teóricos do contrato social, que pressupõem seres como nós, que possuem linguagem, e então se perguntam como esses seres puderam formar a sociedade com base em um contrato social. O ponto acerca do qual quero argumentar é que, uma vez que uma sociedade possui uma linguagem comum, ela já possui um contrato social. A situação de autores como Bourdieu, Foucault e Habermas não é realmente melhor que esta. Eles veem a si mesmos como profundamente conscientes da linguagem e da importância desta para a sociedade, mas não se perguntam o que é a linguagem de uma maneira que lhes permitisse perguntar: “Como exatamente a linguagem é constitutiva da sociedade?”.

4 O que a linguagem acrescenta à cognição pré-linguística?

Eu não estou certo como é melhor argumentar em favor das teses que quero sustentar. Penso que uma maneira de argumentar em favor delas é, por assim dizer, geneticamente. Proponho tratar a questão como uma questão de engenharia ou de projeto. Imagine-se que haja uma espécie como a nossa, possuidora de uma grande variedade de experiências pré-linguísticas conscientes, ações voluntárias e processos pré-linguísticos de pensamento, mas nenhuma linguagem. Quais capacidades esses seres teriam de criar para si uma linguagem e o que exatamente eles criariam quando criassem uma linguagem rudimentar? Houve época em que animais mais ou menos como nós, certos hominídeos, habitavam a terra sem ter linguagem. Agora, temos linguagem. O que aconteceu entre os dois momentos? E quando perguntamos o que aconteceu, não queremos nos referir à questão histórica, mas à conceitual. Que capacidades conceituais (lógicas, cognitivas) aqueles seres adquiriram quando adquiriram a linguagem? E que tipos de capacidades cognitivas eles precisavam ter de antemão para que, a partir delas, a linguagem pudesse evoluir? Nós possuímos uma linguagem que outras espécies não possuem. O que é que nós possuímos e como é que conseguimos isso? Eu devo enfatizar que não tento especular no campo da Biologia Evolutiva, em vez disso, procuro fazer uma análise conceitual das relações entre as capacidades cognitivas pré-linguísticas e a linguagem, com o objetivo de descobrir o que é linguagem.

Em reação a rascunhos deste capítulo, algumas pessoas pensaram que tentava entrar na atual discussão sobre a cognição animal e sobre a real evolução da linguagem. Isso é um mal-entendido. Eu, repito, não estou engajado na Biologia Evolutiva especulativa, nem na cognição animal. Há hoje uma boa quantidade de pesquisas sobre a cognição animal¹ e trabalhos importantes são feitos a respeito da evolução da linguagem.² Não me direciono para as questões empíricas desses campos. Por comparação, farei às vezes referência a outros animais, mas se acontecer de ser falso tudo o que hoje acredito, por exemplo, acerca das linguagens das abelhas e dos processos de pensamento dos primatas, isso seria apenas marginalmente relevante para

1 Para um levantamento, ver Vauclair (1996).

2 Para um levantamento, ver Fitch (2005).

as minhas questões. E mesmo que aconteça que alguns animais possuam linguagens completamente desenvolvidas no sentido que nós possuímos, e que a linguagem humana não tenha evoluído gradualmente, mas tenha sido o resultado de um único *big bang* evolutivo que produziu cérebros com gramáticas generativas plenamente desenvolvidas, esses fatos seriam apenas marginalmente relevantes para as questões que coloco sobre as dependências lógicas. Eu devo enfatizar que não argumento em favor da superioridade de nossa espécie. Se acontecer de outros animais terem o que temos, eu lhes darei boas-vindas ao nosso clube.

Quando levanto a questão: “Como a linguagem pôde evoluir?”, quero dizer algo totalmente diferente dos pesquisadores empíricos, que se colocam uma questão distinta através da mesma sentença. Eles estão se perguntando: dado o que sabemos da história evolutiva humana e da cognição animal, como puderam as linguagens humanas ter se desenvolvido em nossa história evolutiva? Minha questão é conceitual. Subtraia-se a linguagem de uma espécie como a nossa, o que se tem? Agora, adicione-se a linguagem, o que se acrescenta?

Note-se que a maneira como coloco a questão pressupõe que a *natureza* da linguagem e a questão das *funções* e *usos* da linguagem por falantes humanos não podem ser separadas. Podemos explorar que aspectos estruturais da linguagem são úteis ou mesmo essenciais ao explorarmos o uso que os humanos fazem dessas estruturas.

Aparentemente, há casos intermediários entre os humanos e as espécies que se comunicam, mas não possuem linguagem em um sentido humano. As abelhas são o exemplo mais bem-conhecido. Quando uma abelha retorna para a colmeia, ela desempenha uma dança ziguezagueante que transmite diferentes tipos de informação, dependendo das variações da dança. Ela transmite que há néctar nas vizinhanças, que ele está em determinada direção e a certa distância da colmeia. Na época de calor, ela pode comunicar a localização de água e mesmo, na época da reprodução da colmeia, possíveis locais para isso. Diferentes combinações dos elementos da dança transmitem diferentes elementos de informação. Em um experimento, os pesquisadores prenderam um barco com flores no meio de um lago. A abelha que voltou à colmeia transmitiu essa informação. Suas companheiras de colmeia não mostraram o menor interesse em voar para o que, aparentemente, elas sabiam estar no meio de um lago.

Prosseguirei tratando de quatro questões específicas: Que aspectos da linguagem já estão presentes na consciência pré-linguística? Que aspectos da linguagem faltam à consciência pré-linguística? Que aspectos específicos da consciência faltam à linguagem? Que funções os humanos precisam que a linguagem desempenhe, dada a consciência pré-linguística?

5 Aspectos comuns à intencionalidade pré-linguística e à linguagem

Afirmo que os homínidos têm percepções conscientes e ações intencionais juntamente com processos conscientes de pensamento – tudo isso em uma forma pré-linguística. Isso implica que, no mínimo, os animais têm crenças, desejos, intenções e, pelo menos, alguma forma de memória, suficiente para capacitá-los a reconhecer objetos e situações familiares.

Essas formas pré-linguísticas de intencionalidade já possuem algumas propriedades lógicas cruciais. Porque percepções, intenções, crenças, desejos, e assim por diante, são formas de intencionalidade, elas trazem em si especificamente a determinação das condições de sucesso ou fracasso. Por exemplo, um animal faminto tem o desejo de comer e, patologias à parte, assim, ele tem a capacidade de reconhecer quando esse desejo é satisfeito e quando não o é. Podemos generalizar esse ponto da seguinte maneira: qualquer estado intencional determina suas condições de satisfação, e um animal normal que tem estados intencionais deve ser capaz de reconhecer quando as condições de satisfação são, de fato, preenchidas. Se estiver sedento, ele deve ser capaz de dizer quando bebeu; se estiver faminto, deve ser capaz de dizer quando comeu; se estiver tentando fazer algo, deve saber quando conseguiu fazê-lo, e assim por diante. Podemos resumir esse ponto dizendo que, quando supomos que nossos animais têm estados intencionais, já supomos que eles têm representações mentais com conteúdos proposicionais e condições de satisfação. Mas, quando digo isso, falo de maneira lógica, e não ontológica. Não afirmo que os animais têm um conjunto de entidades do tipo pictórico ou sentencial em suas cabeças, entidades chamadas “representações”. Em vez disso, ter crenças e desejos, por exemplo, já é ter algo que determina condições de satisfação e que implica a capacidade de reconhecer o sucesso ou o fracasso. Presumivelmen-

te, essas capacidades são percebidas em estruturas neuronais, mas, para nossa investigação, não importa como essas capacidades são percebidas, desde que essa percepção seja rica o suficiente para conter as propriedades lógicas. Quando digo que as representações são proposicionais, não indico nada de linguístico. Quero dizer que há algo que estabelece as condições de satisfação; e uma vez que uma condição é sempre uma condição *disso e daquilo*, segue-se trivialmente que as condições são proposicionais.

Podemos resumir os aspectos formais da intencionalidade – pré-linguística e também linguística – explicando as seguintes noções e as relações entre elas: *conteúdo proposicional*, *condições de satisfação*, *modalidade psicológica* e *direção de ajuste*. Nossa história evolutiva nos legou diferentes formas pelas quais nossos estados mentais se relacionam com a realidade. O objetivo das crenças é o de representar como as coisas são; portanto, pode-se dizer que as crenças são verdadeiras ou falsas. O objetivo dos desejos e intenções não é o de representar como as coisas são, mas como gostaríamos que elas fossem ou como tencionamos fazer com que elas sejam. Por essa razão, os desejos e as intenções não são verdadeiros ou falsos, mas realizados ou frustrados. Achamos útil caracterizar as crenças como coisas que têm a *direção de ajuste mente-para-mundo* (supõe-se que a crença na mente se ajuste ao estado de coisas no mundo) e os desejos e as intenções como coisas que têm a *direção de ajuste mundo-para-mente* (se tudo dá certo com os desejos e as intenções, o mundo vem a se ajustar ao que é representado na mente). Não é de surpreender que essas distinções se apliquem exatamente aos atos de fala. Afirmações, asserções etc. – a classe assertiva de atos de fala – são expressões de crenças e se supõe que, assim como as crenças, elas representem como o mundo é e, assim, elas têm a direção de ajuste *palavra-para-mundo*. Pedidos, ordens, comandos etc. – a classe diretiva dos atos de fala – são expressões de desejos e, assim, têm a direção de ajuste *mundo-para-palavra*. Promessas, oferecimentos etc. – a classe comissiva dos atos de fala – são expressões de intenções e, assim, têm a direção de ajuste *mundo-para-palavra*. Essas diferentes direções de ajuste são função não do próprio conteúdo proposicional em si, mas de como o conteúdo proposicional é apresentado no ato de fala. Por isso, na notação padrão de um ato de fala, o ato de fala total é representado com uma distinção entre a força ilocutória, ou tipo, de ato de fala e o conteúdo proposicional.

Assim:

$F(p)$

representa o conteúdo proposicional p , apresentado com a força ilocutória F . E isso corresponde exatamente à representação do estado intencional como:

$S(p)$.

A letra p representa o conteúdo proposicional e a letra S representa o tipo de estado intencional, ou seja, modalidade psicológica deste, se é crença, desejo ou o que for.

Nossa questão é então: como vamos do estado intencional $S(p)$ para os recursos linguísticos que nos capacitariam a desempenhar o ato de fala $F(p)$? Nossa tarefa é facilitada pelo fato de que o aparato formal do conteúdo e do tipo, juntamente com as condições de satisfação e a direção de ajuste, já está presente na intencionalidade pré-linguística.

Até aqui, tudo bem. Mas e quanto àqueles atos de fala expressivos nos quais o ajuste é presumido, tais como desculpar-se e agradecer? Se examinarmos as formas de intencionalidade que correspondem a esses atos de fala, e que são expressas pelo desempenho desses últimos, tais como o arrependimento e a gratidão, parece-nos que estas são tipicamente combinações de crenças e desejos. Isto é, elas são formas de desejo baseadas na pressuposição da verdade da crença.³ Por exemplo, se alguém lamenta ter feito algo, deve acreditar que o fez e desejar não ter feito. Assim, a existência de atos de fala em que o ajuste é pressuposto, aqueles que têm o que chamamos de direção nula de ajuste, não coloca um problema insuperável para passarmos da intencionalidade pré-linguística para os atos de fala, porque as formas pré-linguísticas também incluem casos em que o ajuste é pressuposto. Esses casos, tais como o orgulho e a vergonha, a gratidão e o arrependimento, contêm crenças e desejos, que, de fato, possuem uma direção de ajuste mente-mundo ou mundo-mente.

Além do problema dos atos de fala expressivos, há um problema especial com as *declarações*: os atos de fala que fazem com que algo seja o caso

³ Em geral, isso é verdade a respeito da maior parte do que chamamos de "emoções". O conceito de emoção não é muito claro porque não estamos certos sobre o que conta como uma emoção e o que não conta. Mas penso que os casos paradigmáticos de emoções, formas fortes de amor, ódio, desejo, desgosto, vergonha e orgulho, são todas formas agitadas de desejos que pressupõem crenças.

por meio de declarar que é o caso, tal como adiar uma reunião dizendo: “A reunião está adiada”. As declarações têm ambas as direções de ajuste simultaneamente, porque elas fazem algo ser o caso ao representarem isso como sendo o caso. Não podemos exagerar a importância desse fenômeno para respondermos à questão que o título deste capítulo coloca. Isso não tem eco no pensamento pré-linguístico, e o discutirei mais adiante.

As categorias

Outro aspecto da consciência pré-linguística – e isso irá se mostrar crucial para a evolução da linguagem – é que qualquer animal que tenha o aparato intencional biologicamente primitivo dos hominídeos pré-linguisticamente conscientes possui um número considerável das categorias filosóficas tradicionais (por exemplo, aristotélicas e kantianas). Ele já possui *espaço*, *tempo*, *causação*, *agência* e *objeto* e, com *objeto*, ele possui *identidade* e *individuação*, juntamente com *propriedade* e *relação*. Não queremos dizer que ele tenha de possuir os conceitos correspondentes a essas categorias, mas, em vez disso, por exemplo, que ele deve ser capaz de reconhecer que um objeto está ali a sua frente e outro objeto, à esquerda (*espaço*); ele tem de reconhecer que comeu em uma sequência temporal (*tempo*); que ele fez algo, em oposição a algo que apenas aconteceu (*agência*); que algumas coisas que ele fez fizeram outras acontecerem (*causação*). Talvez o mais importante: se ele pode perceber e reconhecer os objetos, inclusive outros hominídeos, ele deve possuir *identidade* e *individuação*, porque ele deve ser capaz de perceber que esse é o mesmo objeto de antes (*identidade*) e que esse objeto é um objeto separado daquele objeto (*individuação*). Mas, uma vez que ele possua objetos, com *identidade* e *individuação*, já possui as *propriedades* e *relações* dos objetos. Ele pode ver que essa pessoa está próxima daquela outra (uma *relação espacial*) e pode ver que esse objeto é marrom (*propriedade*). Dado todo esse aparato, ele também possui a categoria de *mudança*; assim, pode ver que esse hominídeo, que antes estava ali, agora se moveu para cá (*mudança de um objeto de um lugar para outro*). Finalmente, ele pode reconhecer objetos do mesmo tipo. Por exemplo, pode reconhecer outros animais como sendo ou não da mesma espécie que ele próprio.

6 Aspectos da linguagem que a consciência não tem

O que falta à consciência pré-lingüística? Acima de tudo, talvez ela careça de estruturas *internas e controláveis* em seus processos de pensamento. Assim, um cão pode perceber e, logo, pensar, como nós diríamos, que “alguém está se aproximando da porta”. Mas, diferentemente de nós, ele não pode distinguir esse pensamento do pensamento: “a porta está sendo aproximada por alguém”. Além disso, ele não pode utilizar seu pensamento verdadeiro, “alguém está se aproximando da porta”, para formar o pensamento falso: “a porta está se aproximando de alguém”. Este é um ponto importante. As formas pré-lingüísticas de intencionalidade têm estrutura, mas elas não têm os tipos de *estruturas indefinidamente manipuláveis com conteúdo semântico* que a sintaxe da linguagem fornece. Assim, a percepção é estruturada pelo mero impacto físico dos objetos percebidos e pela fisiologia do aparato perceptivo. Por exemplo, o animal vê um homem caminhar em direção à porta. A estrutura da memória é similarmente modelada pelos meros eventos físicos e pelo aparato fisiológico. Mas sem os elementos sintáticos, o animal não possui um rico aparato estrutural de elementos que ele possa manipular à vontade e de um indefinido número de maneiras. Os pássaros podem desempenhar novas permutações de seus cantos, e um animal ao construir uma ferramenta pode distinguir entre remover as folhas de um ramo e remover o ramo das folhas. Nenhum desses casos é, do meu ponto de vista, um caso de manipulação livre de estruturas sintáticas com conteúdo semântico. A beleza das linguagens humanas não é apenas que elas possuem composicionalidade e generalidade, mas que o usuário pode manipular livremente os elementos sintáticos *semanticamente carregados* conforme a vontade.

Pensamos que o que acabamos de dizer é, obviamente, verdadeiro, mas que é controverso. Alguns filósofos, especialmente Fodor (1975), acham que todo pensamento requer uma sintaxe lingüística, e que os humanos podem adquirir uma linguagem natural apenas porque eles já possuem uma “linguagem do pensamento” inata, com uma sintaxe tão rica quanto a de qualquer linguagem humana. Outros, especialmente Davidson (1975), acreditam que, sem a linguagem, o pensamento é impossível. Assim, incredivelmente, eles negam que os animais possam ter estados intencionais tais como crenças e desejos. Eu, ao contrário, penso que é óbvio

que muitos animais – meu cão Gilbert, por exemplo – têm percepções, intenções, crenças e desejos, e, todavia, eles não têm nada parecido com uma linguagem com estrutura sintática livremente manipulável. E mesmo que eu esteja enganado a respeito de Gilbert, há evidência biológica abundante acerca da cognição animal para que a perspectiva de Davidson seja crível (cf. Vauclair, 1996).

Estrutura e segmentação

Outra diferença entre o linguístico e o pré-linguístico é que o fluxo de consciência no pensamento pré-linguístico e na percepção, embora seja estruturado em todos os tipos de maneiras, não ocorre – ou não ocorre necessariamente – em segmentos discretos da maneira como acontece com a linguagem. O pensamento pré-linguístico é um fluxo contínuo, ou pelo menos pode ser, sendo quebrado apenas pelo sono ou por outras formas de não consciência. Contudo, a linguagem é essencialmente segmentada. O proferimento de sentenças não pode ser um fluxo contínuo e indiferenciado, mas cada sentença, e mesmo cada fragmento de sentença, se for proferido como um ato de fala completo, deve ser discreto. Assim, a situação em que nos encontramos quando passamos da experiência para a linguagem é análoga à situação em que passamos de um filme para uma série de imagens paradas. Ao pensar por meio da linguagem, quebramos nosso pensamento em palavras e segmentos sentenciais. Embora o discurso real ocorra no tempo, a intencionalidade do discurso está em segmentos discretos, de maneira que o fluxo do pensamento pré-linguístico e da percepção em ação na vida consciente não está dessa mesma maneira em segmentos discretos. Um ato de fala típico, embora seja desempenhado no tempo, semanticamente falando, é instantâneo. Por isso, para a identidade do ato de fala, não importa se, por exemplo, a linguagem falada requer que o sintagma verbal venha antes ou depois do sintagma nominal do sujeito. Essa diferença entre a consciência não segmentada e o discurso segmentado é dissimulada para nós, ou pelo menos ficou assim por um longo tempo, pelo fato de que naturalmente falamos das crenças e desejos como se eles fossem unidades discretas. Mas quando eles estão, por assim dizer, em ação, quando estamos realmente olhando, ou agindo, ou percebendo, então eles se tornam parte de um fluxo contínuo. Suponhamos, por exemplo, que estejamos

tendo o seguinte pensamento em uma linguagem comum: “Agora tenho de ir porque está na hora do jantar”. Embora esse pensamento ocorra no tempo, porque ele é expresso em uma sentença da linguagem natural, ele possui um tipo de distinção que os pensamentos pré-linguísticos não possuem. Por exemplo, se estamos dançando ou esquiando, a cadeia de pensamento consciente não precisa conter quaisquer palavras e pode estar em um fluxo contínuo.

Declarações

O terceiro aspecto especial da linguagem que não existe na intencionalidade pré-linguística é que, na linguagem, temos o tipo de ato de fala que denominamos “declarações”. Estas têm uma dupla direção de ajuste, tanto palavra-para-mundo quanto mundo-para-palavra no mesmo ato de fala. Estes não são dois ajustes independentes, mas um ajuste que ocorre em ambas as direções. Consideremos os casos em que, por exemplo, uma pessoa autorizada adia uma reunião ou declara guerra, dizendo: “A reunião está adiada” ou “A guerra está declarada”. Ou consideremos as declarações linguísticas em que alguém faz uma promessa dizendo: “Eu prometo”, ou dá uma ordem dizendo: “Eu ordeno”. Estes são proferimentos performativos; e todos os performativos são declarações (embora nem todas as declarações sejam performativas). Nesses casos, temos a dupla direção de ajuste, porque fazemos algo ser o caso e, assim, realizamos a direção de ajuste mundo-para-palavra, ao representarmos aquilo como sendo o caso, isto é, representando o caso com a direção de ajuste palavra-para-mundo. Este é um dos poderes mais importantes da linguagem: o poder de criar a realidade ao declarar que ela existe. Não há nada análogo a isso nas formas pré-linguísticas de intencionalidade. Assim, precisamos ser capazes de mostrar como uma extensão das formas pré-linguísticas para a linguagem nos confere a capacidade de criar formas de realidade institucional e social que existem apenas porque, coletiva e linguisticamente, nós as representamos como existentes. Precisamos mostrar como as formas pré-linguísticas de intencionalidade puderam evoluir até a realidade humana social e institucional. Para explicar essa evolução, nós requeremos a noção de significação e a noção de convenção. Eu logo chegarei a elas.

7 Alguns aspectos especiais da consciência. A unidade da proposição e a saliência dos objetos com suas características

Ao explicarmos a transição da intencionalidade pré-linguística para a linguística, temos na consciência alguns recursos maravilhosos que vão além da posse do aparato da intencionalidade e das diversas categorias filosóficas – espaço, tempo, causação, identidade etc. – que mencionei na seção 5. Na intencionalidade pré-linguística especificamente, o problema da unidade da proposição não surge. Por quê? Porque a sequência de pensamento e experiência conscientes é tal que a representação das condições de satisfação é incorporada a cada passo desse caminho. Não há qualquer problema a respeito de como posso colocar os elementos de minha experiência juntos para formar uma unidade da mesma maneira que há um problema a respeito de como posso colocar palavras discretas juntas para formar uma sentença unificada. A experiência acontece com a unidade embutida. Por exemplo, na fome, na sede e na percepção visual conscientes, a determinação das condições de satisfação é interna à experiência. Outro recurso que temos é a estrutura real de nossas experiências conscientes perceptivas que produz os objetos com seus aspectos salientes. Nós vemos conscientemente e, de outras formas, percebemos objetos distintos e suas propriedades. Por exemplo, vemos árvores altas, maçãs maduras e montanhas cobertas de neve.

A combinação da unidade da proposição com a saliência de alguns aspectos de nossa experiência nos apresenta um aparente paradoxo, mas pensamos que esse seja um paradoxo que podemos resolver. Nossas experiências nos dão uma unidade embutida correspondente à unidade da proposição na linguagem, mas, ao mesmo tempo, elas nos dão objetos distintos e seus aspectos como salientes, e isso corresponde a uma estrutura com sintagmas nominais e sintagmas verbais na linguagem. Como esses dois aspectos aparentemente inconsistentes se relacionam um com o outro? Só podemos ter sucesso em ver quando vemos *que algo é o caso*, vemos *isso e aquilo*. Mas, de qualquer forma, o que vemos são objetos, vemos *aquele objeto*. Eu tentarei resolver esse paradoxo aparente na seção 10.

Outra maneira de colocar o problema é a seguinte. É bem fácil imaginar uma linguagem que segmenta os objetos de maneira diferente daquela que a nossa o faz, que trata uma árvore não como um todo unificado, mas como uma metade do topo e uma metade da base; e que tenha palavras

separadas para cada uma dessas coisas. Isso é certamente uma possibilidade lógica. Também é possível imaginar uma linguagem que não permita a referência a objetos, mas apenas a processos como estados de coisas. Poderíamos imaginar uma linguagem na qual, em vez de dizermos: “aquilo é uma árvore” ou “aquilo é uma pedra”, disséssemos: “está arvorando aqui” ou “está pedrando aqui”, em analogia com “está chovendo aqui” ou “está nevando aqui”, uma linguagem em que uma palavra que faça a função de sujeito da oração não se refira a qualquer objeto.⁴ Poderíamos imaginar tal linguagem, mas ela, se existe, é contrária a nossa fenomenologia perceptiva. Nosso aparato perceptivo real é construído de tal modo que nós, naturalmente, tratamos entidades espaçotemporais discretas como unidades simples, e estas são representadas por típicos sintagmas nominais de nossa linguagem. Além disso, tal como preservada na memória, a identidade é crucial para o desenvolvimento da referência ao longo do tempo, porque um animal pré-linguístico pode, não obstante, reconhecer o mesmo objeto em diferentes ocasiões, e reconhecer o mesmo objeto como tendo diferentes aspectos em diferentes ocasiões. O paradoxo que mencionamos antes é que a unidade necessariamente representada pelo estado intencional é todo um estado de coisas, não um objeto. Todavia, perceptivamente, são os objetos, e não os estados de coisas, que são fenomenologicamente salientes. Na linguagem, o problema é o de explicar a unidade da proposição, dada a representação sintática separada da referência e da predicação.

8 As funções da linguagem: representação *versus* expressão

Até aqui tentamos responder a três questões que dizem respeito a: (1) aspectos comuns à linguagem e à consciência, (2) aspectos especiais da linguagem e (3) aspectos especiais da consciência.

Agora vamos à última de nossas quatro questões. Para que funções básicas precisamos de linguagem? Por funções básicas, quero dizer aque-

⁴ Como “*It’s raining here*” ou “*It’s snowing here*”, que são os exemplos originais do texto, nos quais ocorre o termo “*it*”, que desempenha gramaticalmente a função de sujeito da oração. As sentenças equivalentes em português, obviamente, não exibem isso, uma vez que são orações sem sujeito. Isso nos obrigou a fazer uma pequena modificação no texto, para torná-lo compreensível em português. (N. T.)

las funções que são essenciais para que algo seja uma linguagem qualquer. Temos de especificar as funções básicas antes de explicarmos as estruturas que são necessárias e suficientes para desempenhar tais funções.

A primeira função básica é a seguinte: precisamos da linguagem para nos dar um mecanismo pelo qual nossas criaturas possam se comunicar umas com as outras. O que significa “comunicar”? E o que é comunicado? A resposta padrão à segunda questão é que, ao falar, comunicamos informação. Mas “informação” é umas das noções mais confusas e mal definidas da vida intelectual contemporânea. Assim, eu terei a cautela de utilizá-la apenas ocasionalmente. Enunciarei simplesmente que, tipicamente, o que é comunicado nos atos de fala são os estados intencionais, e isso porque os estados intencionais já representam o mundo. Assim, o que é comunicado, ao se comunicar estados intencionais, tipicamente, é informação *a respeito do mundo*. Se comunicamos a alguém nossa crença de que está chovendo, tipicamente, o objetivo *não* é dizer a essa pessoa algo acerca de nós mesmos ou nossas crenças, mas acerca do tempo. Mas não há qualquer modo pelo qual possamos intencionalmente dizer a alguém algo acerca do tempo a não ser por meio do uso de nossas representações mentais do tempo, nossos estados intencionais direcionados para o tempo, tais como nossas crenças.

Nossos hominídeos pré-linguísticos já possuem percepção, ação intencional e processos de pensamento pré-linguístico. Tudo isso são estados intencionais com pleno conteúdo proposicional. E quando uma dessas criaturas intencionalmente se comunica com outra, ela tenta reproduzir seu próprio conteúdo intencional na cabeça da outra pessoa. Por exemplo, quando ela comunica: “há perigo aqui”, ela tem a crença de que há perigo naquele lugar e age de forma a transmitir essa crença para o outro animal.

O tipo mais simples de comunicação seriam os casos em que um animal comunica a outro animal informação acerca do mundo ao comunicar uma proposição não estruturada. Por não estruturada quero dizer que o conteúdo proposicional até então não possui qualquer sintaxe interna. Não há ali nada que corresponda às palavras das linguagens naturais. Esse tipo de comunicação já é muito comum entre os animais. Pense-se nos gritos de alerta dos pássaros, os chamados de acasalamento de todos os tipos de espécies e mesmo os latidos de alguns cães. Todos esses exemplos são aquilo que Peter Strawson (1959, p.202 et seq.; 214 et seq.) uma vez denominou “indicação de elemento”. Apenas comunicamos a presença de um elemento no ambiente. Nas linguagens reais, esses proferimentos de indicação de

elemento podem ser feitos frequentemente com uma palavra: “perigo!”, “chuva!”, “fogo!”. E quando expandimos um deles para uma sentença inteira, as outras partes da sentença são às vezes semanticamente vazias, como quando dizemos, em inglês: “*it’s raining*”, embora nada haja que possa ser referido pelo termo “*it*”. Esses casos simples de comunicação intencional realmente transferem um conteúdo intencional de um animal para outro, mas eles são um passo muito pequeno no caminho para a linguagem real, porque são muito limitados. O fato de que todos os tipos de animais possuem esse tipo de comunicação deveria nos dizer que este ainda não é linguístico, ou algo semelhante.

Poderíamos dizer que o primeiro passo no caminho para a linguagem seria o de introduzir dispositivos convencionais para a comunicação de conteúdos intencionais de um animal para outro. Na maior parte dos casos que consideramos, os animais já possuem alguns dispositivos naturais para a comunicação, mas podemos facilmente imaginar que nossos homínídeos desenvolvem dispositivos convencionais para estados intencionais que não possuem qualquer expressão natural externa. Um cão não necessita de um dispositivo convencional para transmitir agressão. Ele pode simplesmente latir agressivamente. Mas os humanos, por exemplo, não possuem uma maneira natural desse tipo para transmitir o fato de que está chovendo. Eu acho que essas reflexões acerca da distinção entre maneiras naturais de transmitir estados intencionais e formas convencionais evoluídas vão nos forçar a distinguir representação de expressão. Precisamos distinguir entre aqueles atos comunicativos que envolvem intencionalidade e representam um estado de coisas no mundo daqueles que simplesmente expressam (no sentido original de colocar para fora, de dar vazão a) o estado interno de um animal, sendo que tal expressão pode transmitir informação sobre o mundo, mas ela não o faz porque representa que algo é o caso ou porque representa outros tipos de condições de satisfação. Assim, se eu digo: “chuva!”, represento o tempo, mesmo que essa representação não seja estruturada. Mas se digo “ai!” como uma expressão espontânea de dor, transmito informação, mas não represento coisa alguma. Façamos agora uma generalização que tornará nossa tarefa mais simples: os atos de fala expressivos simples, mesmo quando desempenhados intencionalmente, não são “linguísticos” no sentido que estamos tentando tornar explícito, e as palavras correspondentes das linguagens reais não são “palavras” no nosso sentido. “Ai!”, “droga!”, “eca!”, “uau!” são todas utilizadas para expressar estados mentais, tanto intencio-

nais quanto não intencionais, mas elas não são o tipo de fenômeno linguístico que tentamos explicar. Por que não? Porque, embora elas deem vazão a estados intencionais ou não do falante, elas não representam. Queremos entender como podem nossos hominídeos criar a *representação* linguística.

Qual é exatamente a diferença entre representar e expressar? Se digo: “chuva!”, meu proferimento pode ser literalmente verdadeiro ou falso, porque ele representa um estado atual do tempo. Eu posso, por exemplo, mentir quando faço o proferimento. Mas se digo “ai!”, embora transmita informação a meu próprio respeito, não digo nada que seja literalmente verdadeiro ou falso. Se digo “ai” quando não estou com dor, posso enganar ou informar mal, mas não minto.⁵

Assim, a primeira coisa que nossos hominídeos têm de criar são alguns dispositivos convencionais para representar os mesmos estados de coisas do mundo que seus estados intencionais já existentes representam. Um tipo de dispositivo assim representaria o mesmo estado de coisas, as mesmas condições de satisfação, que “há comida aqui”, outro, “é perigoso aqui”, outro ainda, “está chovendo” etc. Ao produzir uma instância de tal dispositivo, naquilo que poderíamos chamar de “um proferimento”, uma pessoa pode transmitir a outra pessoa o mesmo conteúdo que ela possui em seu estado intencional existente. Por exemplo, ela acredita que está chovendo; assim, ela produz o dispositivo apropriado para seu interlocutor e, desse modo, comunica que está chovendo.

Há um grande peso filosófico nesse relato simples; assim, vamos mais devagar e dar um passo de cada vez. Presumimos que as pessoas pré-linguísticas podem reconhecer ocorrências do mesmo tipo. Esta é uma presunção razoável, porque o aparato cognitivo que presumimos de que elas sejam dotadas implica a capacidade de reconhecer exemplares do mesmo em diferentes ocasiões. Presumimos que o falante seja capaz de proferir uma ocorrência intencionalmente. Isso é implicado por sua capacidade estipulada para o comportamento intencional. Mas agora, para os propósitos da comunicação, o que exatamente é acrescentado quando ele profere o dispositivo? Bem, ele já tem um estado intencional com condições de satisfação;

5 Podemos construir exemplos nos quais o que é uma fala normal e puramente expressiva pode ser realizada de maneira representativa. Se nosso dentista nos diz para dizer “ai” se doer muito, então, ao dizermos “ai”, estamos fazendo um enunciado para dizer que dói muito.

por exemplo, a crença de que está chovendo. Assim, o que ele faz é impor intencionalmente essas condições de satisfação ao proferimento. O proferimento agora possui as mesmas condições de satisfação de sua crença, e uma vez que supomos que tanto ele quanto seu ouvinte conhecem a convenção para utilizar o símbolo em questão, ele pode fazer o proferimento com confiança de que o ouvinte reconhecerá que o proferimento possui aquelas condições de satisfação.

A introdução de dispositivos convencionais para representar estados de coisas já pressupõe a noção de significação de falante [*speaker meaning*]. Qualquer agente que seja capaz de utilizar esses dispositivos deve ser capaz de utilizá-los significativamente.

9 A significação de falante como a imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação

Podemos agora esclarecer a noção de significação. Precisamos distinguir entre a significação convencional de palavras, sentenças e outros símbolos e a significação de falante, aquela que o falante expressa ao fazer um proferimento intencional. No caso que discutimos, o símbolo em questão possui uma significação convencional: está chovendo; e quando o falante faz um proferimento com esse símbolo, ele expressa um significado de falante, um significado de ato de fala: está chovendo. Quando o falante profere intencionalmente uma instância do símbolo, a produção da instância é a condição de satisfação da sua intenção de proferi-lo. E quando ele o profere *significativamente*, está impondo outra condição de satisfação sobre a instância proferida. Essa condição de satisfação é: que está chovendo. Essa imposição intencional de condições de satisfação sobre condições de satisfação é a essência da significação de falante.

A capacidade de fazer isso é um elemento crucial nas capacidades cognitivas humanas. Ela requer a habilidade de pensar em dois níveis ao mesmo tempo, de uma maneira que é essencial para o uso da linguagem. Em um nível, o falante produz intencionalmente um proferimento físico, mas, em outro nível, o proferimento representa algo. E a mesma dualidade se transfere para o próprio símbolo. Em um nível, ele é uma ocorrência física como qualquer outra; em outro nível, ele possui uma significação, ele representa um tipo de estado de coisas.

Há dois aspectos separados para o que eu disse até aqui. Primeiro, a significação de falante consiste no duplo nível de intencionalidade que tentamos descrever. O falante produz intencionalmente um proferimento, e ele pretende que o próprio proferimento possua condições de satisfação, por exemplo, condições de verdade. Mas, e este é o outro ponto crucial, se ele for bem-sucedido de uma forma rotineira, então terá de haver algum *dispositivo convencional socialmente reconhecido*, algum dispositivo repetível, cuja produção possa ser regular e convencionalmente tomada por seus interlocutores como algo que transmita a mensagem. Agora chegamos muito perto da linguagem, porque o primeiro fenômeno é essencial para o desempenho de atos de fala, e o segundo fenômeno, os dispositivos repetíveis, tipicamente, consiste em palavras e sentenças de uma língua.

Em benefício da simplicidade explanatória, introduzi a ideia de uma convenção antes da significação de falante. Mas o que realmente vem primeiro, a significação de falante ou a convenção? Na ordem de dependência lógica, a intencionalidade de falante deve ser logicamente precedente, porque essas convenções, para proposições não estruturadas, codificam significações de falante preexistentes. Contudo, sem a linguagem e suas convenções, só se pode ter significações de falante muito simples. Pode-se pensar e querer dizer, por exemplo, “está chovendo aqui”. Mas não se pode nem mesmo pensar, e muito menos dizer ou querer dizer, por exemplo, “seria legal visitar o zoológico no próximo domingo, mas tenho de ficar em casa e fazer minha declaração de imposto de renda”. Na próxima seção, chegaremos a esse ponto, a dependência da significação e do pensamento complexos em relação à linguagem, quando chegarmos aos símbolos que possuem uma estrutura composicional. Por ora, eu apenas sublinharei o seguinte: se os falantes e ouvintes forem criar um sistema no qual podem se comunicar com eficiência, eles terão de desenvolver um conjunto de dispositivos convencionais para transmitir a significação de falante.

Quando nossos animais desenvolvem uma linguagem, eles estão desenvolvendo um conjunto de dispositivos para a representação pública e social. Isso significa que eles desenvolvem um conjunto de dispositivos cuja produção será a imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação, *por convenção*.

Este é um primeiro passo em direção à linguagem, mas é apenas o primeiro passo, porque até aqui não temos a sintaxe. Os dispositivos que imaginamos correspondem a proposições não estruturadas, e não possuem

qualquer estrutura sintática interna. Em uma linguagem natural, teríamos de traduzi-las para sentenças de uma palavra só: “chuva!”, “perigo!”, “comida!” etc.

10 Mais um passo: a composicionalidade sintática

Outro passo no caminho para a linguagem (e lembremos que a metáfora dos “passos” não implica nada de histórico – eu falo de componentes lógicos; não tenho ideia alguma acerca da ordem em que eles ocorreram historicamente) é a introdução de dispositivos sintáticos simples que podem ser combinados com outros dispositivos sintáticos para produzir dispositivos sintáticos complexos, e cada um dos dispositivos complexos será usado para comunicar um estado intencional inteiro. Esta é outra forma de dizer que os hominídeos precisam desenvolver elementos que correspondam a nossas palavras e morfemas, e formas de combiná-los em sentenças de uma maneira composicional, de modo a capacitar os participantes a descobrir a significação das sentenças a partir das significações dos elementos e seu arranjo na sentença. Para nós, a unidade mínima de comunicação, a unidade mínima do ato de fala, é a sentença completa. O princípio que guia a seleção dos dispositivos sintáticos na sentença é que eles devem desempenhar uma função semântica. Eles devem ser dispositivos repetíveis, cada um dos quais pode funcionar como uma possível unidade de comunicação (sentença) e as sentenças devem ser compostas de elementos (palavras) que são tais que o conteúdo comunicativo do todo seja determinado pelos elementos e pelos princípios de sua combinação na sentença.

Como introduzimos esses elementos – palavras e sentenças – sendo que as sentenças são sistematicamente construídas a partir de palavras? Devemos construir com base em recursos que o animal já possui, e estes são, de fato, muito ricos. Porque nossos animais já possuem a capacidade de identificar e reidentificar objetos, podemos introduzir nomes de objetos; porque eles possuem a capacidade de reconhecer diferentes ocorrências do mesmo tipo, podemos introduzir nomes gerais tais como “cão”, “gato”, “homem” etc.; porque os objetos possuem aspectos, podemos introduzir algo que corresponda aos adjetivos e verbos. Mas notemos os requisitos cruciais sobre estes. Não presumimos que a referência e a predicação, os atos de fala que correspondem aos sintagmas nominais e verbais, sejam de forma

alguma elementos simples independentes, mas, em vez disso, que, uma vez que tenhamos o ato de fala total, podemos abstraí-los como elementos componentes. Seguindo Frege, pensamos que os sintagmas nominais e verbais são derivados da sentença total, e não que a sentença total seja algo a que chegamos combinando sintagmas nominais e verbais.

O que isso significa? Nossos animais já possuem conteúdos proposicionais não estruturados. Mas, correspondendo a eles, há elementos estruturados do mundo real, e os animais possuem a capacidade de reconhecer essas estruturas *e seus elementos*. Assim, não recaímos em uma petição de princípio quando damos ao animal uma estrutura que corresponde às condições de satisfação que ele já possui. A função semântica vem de graça porque já introduzimos a significação. Aqui está a ideia básica. O animal possui conteúdos e crenças perceptivos que carecem de estrutura sintática; ele pode ver e, portanto, acreditar em algo que podemos relatar (e que o animal não pode) como “aquilo está vindo em minha direção”. Ora, se o animal possui a capacidade de criar eventos significativos, isto é, atos de fala, então ele já pode representar esse estado de coisas com a intencionalidade de duplo nível que descrevemos antes. Do ponto de vista do animal, a representação poderia ser da seguinte forma: “vindo-em-minha-direção-coisa-agora”, sendo que devemos pensar isso até aqui como se fosse uma única palavra, sem elementos repetíveis.

O animal possui indicação de elementos, mas ainda não a referência e a predicação. Para ter a referência e a predicação, ele precisa de dispositivos simbólicos que quebrem o conteúdo proposicional em componentes. Mas ele já possui o material para construir esses componentes a partir de sua intencionalidade pré-linguística. Ele pode ver alguma coisa chegando em sua direção agora e, assim, acreditar que alguma coisa está vindo em sua direção agora. Mas isso é suficiente para nos dar pelo menos a possibilidade de introduzir dispositivos que possam desempenhar as funções de referência e de predicação, dispositivos que são formas de sintagmas nominais e verbais. Acrescentaremos regras ou procedimentos para arranjar esses dispositivos (palavras) em estruturas complexas resultantes (sentenças). Não importa muito como construímos esses elementos subsentenciais ou como os combinamos, desde que eles dividam a sentença em componentes repetíveis e que esses componentes correspondam aos componentes dos conteúdos intencionais pré-linguísticos. Tenho presumido que eles são quebrados de uma forma semelhante à das linguagens europeias que eu conheço, mas

esta não é uma pressuposição necessária. Tenho presumido que a forma pressintática *vindo-em-minha-direção-coisa-agora* se quebre em um dispositivo que se refira a um objeto específico do contexto, tal como um homem, e que a predicação de vir em minha direção agora como na sentença:

O homem está vindo em minha direção.

Não é logicamente necessário que isso seja feito dessa maneira, mas, feito assim, corresponde melhor à nossa fenomenologia pré-linguística que algumas maneiras que poderíamos imaginar. Como dissemos antes, podemos imaginar uma linguagem na qual aquilo que concebemos como objetos seja tratado como processos recorrentes e repetíveis; de forma que resultasse algo assim:

Está homendo agora em minha direção vindamente,

em analogia com:

Está chovendo agora em mim fortemente.

Mas tal linguagem não refletiria a saliência de objetos de nossa fenomenologia perceptiva.

Além do mais, há elementos intencionais embutidos na intencionalidade humana que trazem a solução para o paradoxo que mencionamos antes, e qualquer consideração evolutiva tem de enfrentar esse paradoxo. O paradoxo é o seguinte: como alcançamos a unidade da sentença (e, logo, a unidade da proposição expressa) quando a sentença é inteiramente composta de entidades discretas, a sequência de palavras e morfemas que a constitui? Uma segunda questão relacionada com esta é a seguinte: como explicamos a ubiquidade de sintagmas nominais e verbais nas linguagens humanas e como explicamos que, tipicamente, as sentenças contenham tanto sintagmas nominais quanto sintagmas verbais? A solução para o primeiro problema, da unidade da proposição, é dada pelo fato de que, por causa da natureza da significação de falante, é um requisito para que algo seja uma sentença qualquer, que seja capaz de codificar uma significação de falante, que isso deva codificar um estado intencional completo. Toda intencionalidade – consciente ou não consciente, perceptiva ou não perceptiva – nos vem proposicionalmente no sentido trivial de que cada estado intencional discriminável possui condições de satisfação, e uma condição é sempre que isso e aquilo seja o caso. A sentença é destinada a codificar o conteúdo pro-

posicional completo do estado intencional. Assim, uma vez que requeiramos que as sentenças codifiquem estados intencionais completos, a unidade da proposição expressa vem de graça. A unidade da proposição é construída dentro da própria estrutura lógica da intencionalidade biológica.

Agora vamos para a segunda questão. Se olharmos para a estrutura fenomenológica de nossa experiência, particularmente, a experiência perceptiva consciente, veremos que *objetos e seus aspectos* são salientes. Embora as condições de satisfação de nossas experiências visuais requeiram estados de coisas completos, de modo que nunca vejamos apenas um objeto, mas, por exemplo, vejamos que um objeto com tais e tais aspectos está ali; de qualquer forma, fenomenologicamente, estamos cientes de ver objetos e vemos que eles possuem tais e tais aspectos. Assim, a unidade proposicional expressa pela sentença completa já está dada pela intencionalidade pré-linguística, e a estrutura interna sujeito-predicado é providenciada pela maneira pela qual nossa fenomenologia nos apresenta o conteúdo proposicional.

Até aqui, então, demos três passos no caminho para a linguagem: primeiro, a criação da significação de falante, isto é, a imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação. Segundo, a criação de dispositivos convencionais para desempenhar atos de significação de falante, o que nos dá algo que se aproxima da significação de uma sentença, sendo que a significação da sentença seria a possibilidade constante de haver significação de falante. A significação da sentença é convencionalizada. A significação de falante é tipicamente o emprego ou o uso daquelas convenções no desempenho do ato de fala. Terceiro, adicionamos uma estrutura interna ao ato de fala, na forma de elementos sintáticos discrimináveis que possuem significações, conteúdo semântico, mas que não podem se sustentar por si mesmos nos proferimentos. Eles são partes de sentenças e, assim, correspondem a palavras; mas eles ainda não são sentenças completas. Também precisamos de regras para a combinação desses dispositivos em sentenças completas e para distinguirmos entre sequências gramaticalmente corretas e incorretas. Ambas as coisas são cruciais para qualquer consideração da linguagem. A primeira nos dá unidades significativas grandes o suficiente para funcionarem na comunicação; a segunda nos dá a composicionalidade. A sentença é composta de elementos significativos, e esses elementos significativos juntamente com suas regras de combinação nos capacitam a gerar novas sentenças e a descobrir as significações das sentenças e dos proferimentos que nunca ouvimos antes.

Ainda não temos a generalidade, isto é, a capacidade dos falantes de produzirem e entenderem um número potencialmente infinito de novas sentenças, mas é fácil acrescentar a generalidade à composicionalidade simplesmente adicionando algumas regras recursivas, regras que se aplicam umas sobre as outras indefinidamente. Exemplos de formas de providenciar a generalidade são expressões tais como: “é possível que”, “Sally acredita que” ou regras para formarmos cláusulas relativas. E quanto aos conectivos sentenciais? Eles também não parecem difíceis de serem acrescentados. De fato, já temos um conectivo sentencial implícito quando juntamos duas sentenças no ato de fala. Se eu digo: “Está chovendo. Estou com fome”, já disse algo equivalente a: “Está chovendo e estou com fome”. E podemos acrescentar conectivos explícitos para fazer essas tarefas, conectivos correspondentes a: “e”, “ou”, “se... então” e “não”.

Note-se que com a adição da sintaxe linguística à intencionalidade animal, capacitamos os falantes a fazerem algo que nenhum animal não linguístico pode fazer. O falante pode construir intencionalmente várias representações diferentes de estados de coisas reais, possíveis e mesmo impossíveis no mundo. O falante pode então pensar e dizer não apenas que o homem está vindo em sua direção agora, mas que o homem virá em sua direção na próxima semana, ou que a montanha virá em sua direção e assim por diante, indefinidamente.

Com o aparato desenvolvido até aqui, os hominídeos podem criar um vocabulário que irá capacitá-los a pensar pensamentos e desempenhar atos de fala que são literalmente impensáveis sem a linguagem. O animal pré-linguístico pode contar em seus dedos. Dados os numerais, inicialmente introduzidos para corresponderem aos dedos, ele pode contar indefinidamente e ter pensamentos com componentes numéricos que ele não pode ter na forma pré-linguística. Sem a linguagem, ele pode pensar: “há três cães no campo”, mas, com a linguagem, ele pode pensar: “eu gostaria que houvesse mil cães no campo”.

11 O próximo passo: a deontologia

Assim, com as convenções de significação mais a composicionalidade e a generalidade, estamos diretamente a caminho da linguagem.

Por que isso ainda não é suficiente? Por que ainda estamos a caminho e ainda não chegamos lá? Eu penso que há um sentido no qual já estamos

lá, se entendermos as implicações da averiguação que fiz até aqui de uma maneira muito específica. É essencial compreendermos que, na averiguação feita até aqui, está implícito que o falante, ao empregar o dispositivo convencional em um contexto social para o propósito, por exemplo, de transmitir alguma verdade acerca do mundo ao ouvinte, com isso, ele se *compromete* com essa verdade. Isto é, não entenderemos um aspecto essencial da linguagem se não compreendermos que ela envolve necessariamente compromissos sociais e que a necessidade desses compromissos sociais deriva do caráter social da situação de comunicação, do caráter social dos dispositivos utilizados e da intencionalidade da significação de falante. Esse aspecto capacita a linguagem a formar o fundamento da sociedade humana em geral. Se um falante transmite intencionalmente informação a um ouvinte utilizando convenções aceitas socialmente com o propósito de produzir uma crença no ouvinte acerca de um estado de coisas no mundo, então o falante está comprometido com a verdade de seu proferimento. Eu tentarei agora explicar esse ponto.

Vimos anteriormente que a estrutura formal do estado intencional, $S(p)$, se parece muito com a estrutura formal do ato de fala correspondente, $F(p)$. Mas $F(p)$ representa um ato intencional e, nos casos que consideramos, ele representa um ato deliberadamente desempenhado de acordo com convenções de uma linguagem socialmente aceita. Lembremos que a essência da significação de falante é a imposição intencional de condições de aceitação a proferimentos, a imposição das mesmas condições de satisfação que o estado intencional expresso no proferimento. Assim, se eu acredito que está chovendo e se quero dizer que está chovendo, expresso minha crença fazendo um proferimento que tenciono que tenha as mesmas condições de satisfação que a crença original. E esse proferimento herda a direção de ajuste da crença, de forma que, assim como a crença, o proferimento pode ser verdadeiro ou falso. Quando digo “está chovendo”, meu proferimento tem uma direção de ajuste palavra-para-mundo, e ele será verdadeiro ou falso dependendo de ser satisfeito ou não o conteúdo proposicional. E é assim em todos os outros casos.

Mas agora surge um problema interessante a respeito da relação entre o ato de fala e o estado intencional correspondente. O ato de fala envolve um compromisso que vai muito além dos compromissos do estado intencional expresso. Isso é bastante óbvio no caso dos enunciados e promessas, mas é também verdadeiro a respeito de outros tipos de atos de fala, tais como as ordens e os pedidos de desculpas. Quando eu faço um enunciado,

não apenas expresso uma crença, mas me comprometo com sua verdade. Quando eu faço uma promessa, não apenas expresso uma intenção, mas me comprometo a levá-la a cabo. De onde vêm esses compromissos? A crença e a intenção não possuem nada semelhante aos compromissos do enunciado e da promessa. Se tentamos explicar a evolução lógica e conceitual de uma linguagem que possui enunciados e promessas, não é suficiente que expliquemos como o falante pode transmitir sua crença e sua intenção ao ouvinte. Precisamos saber como o falante acrescenta essas deontologias especiais ao ato de fala. É tentador dizer, e, de fato, isso é verdadeiro, que as regras constitutivas das instituições de fazer enunciados e promessas transformam cada enunciado em um compromisso com a verdade e cada promessa em uma obrigação de fazer alguma coisa. Tipicamente, as regras têm a forma “*X* conta como *Y* em *C*” (por exemplo, fazer tal ou qual proferimento *X* no contexto *C* conta como fazer uma promessa, *Y*). A questão é então: Como obtemos essas regras?

Note-se que uma resposta comum, mas errada, consiste em pensar que os requisitos deônticos são de algum modo externos ao tipo de ato de fala. Primeiro, temos o fazer de enunciados, e então temos uma regra que nos compromete a fazer apenas as verdadeiras; primeiro, temos o fazer de promessas, e então temos uma regra que nos obriga a cumprir nossas promessas. Essa perspectiva da relação entre enunciados e a verdade é sustentada por filósofos tão diferentes como Bernard Williams (2002), Paul Grice (1975) e David Lewis (1972). Mas essa perspectiva não é correta. Não se pode explicar o que são um enunciado e uma promessa sem se explicar que um enunciado compromete aquela pessoa que o faz com sua verdade, e que uma promessa compromete aquela pessoa que a faz a cumpri-la. Em ambos os casos, o compromisso é *interno* ao tipo de ato de fala que se desempenha, sendo que por “*interno*” quero dizer que o ato de fala não poderia ser o tipo de ato de fala que ele é, ele não poderia ser aquele próprio tipo de ato de fala se não tivesse aquele compromisso. Mas repetindo a pergunta: como criamos o poder deôntico a partir do ato de significar algo por meio de um proferimento? O ato de representar as mesmas condições de satisfação que aquelas de uma crença, de algum modo, essencialmente, envolve o compromisso que vá além do compromisso da crença? A ação de representar as mesmas condições de satisfação que uma intenção, necessariamente, envolve um compromisso que vai além do compromisso da intenção? Ou esses outros compromissos são apenas suplementos dispensáveis? Eles são acrés-

timos adicionais que vêm com o desenvolvimento histórico das instituições linguísticas? Eu penso que eles são internos.

Para se ver o porquê, precisamos compreender que um ato de fala é mais que apenas a expressão de uma intenção ou a expressão de uma crença. Acima de tudo, ele é um desempenho público. Eu digo algo a alguém. Mas não digo apenas a essas pessoas que tenho uma crença ou que tenho uma intenção; digo a elas algo a respeito do mundo representado por essas crenças e intenções. Ao comprometer a mim mesmo com as condições de satisfação da crença, digo a elas que é assim que o mundo é; ao lhes falar das condições de satisfação de minha intenção, lhes digo o que realmente farei. (A autorreferencialidade das promessas entra aqui. Não prometo fazer algo simplesmente, mas ao prometer, prometo *fazer* aquilo porque *prometi* fazê-lo.) Em linguagem comum: dei minha palavra.

Podemos resumir essa parte de nossa discussão da seguinte maneira. Ao evoluir uma língua, descobrimos que precisávamos de significação de falante, de convenções e de estrutura sintática interna. Mas se entendermos estas como relacionadas de algum modo com a intencionalidade humana, podemos compreender os diferentes tipos de atos ilocutórios e, ao fazer isso, já temos os compromissos que, tipicamente, vão junto com esses tipos de atos ilocutórios. Nada mais é necessário para garantir que os falantes vão se comprometer com seus proferimentos. Ao seguirmos a ideia do senso comum de que a linguagem poderia ter evoluído, e que pode, de fato, ter evoluído, a partir de formas pré-linguísticas de intencionalidade, descobrimos que a linguagem evoluída assim nos dá algo que não está presente na intencionalidade pré-linguística: a presunção pública de compromissos.

12 A extensão da deontologia à realidade social: como a linguagem nos capacita a criarmos as instituições sociais

O argumento fornecido até aqui é o de que os atos intencionais de significação, que são a imposição intencional de condições de satisfação sobre condições de satisfação, desempenhados de acordo com convenções aceitas e com a intenção de que eles estejam de acordo com tais convenções, envolvem necessariamente a deontologia. Ora, uma vez que essa deontologia é criada coletivamente por essas ações intencionais, então é muito fácil, de fato, é pra-

ticamente inevitável, que ela deva ser estendida à realidade social de forma geral. Assim, uma vez que se tenha a capacidade de representar, então já se tem a capacidade de criar a realidade que consiste em parte em representações. Deixem-me dar alguns exemplos disso. Se se tem a capacidade de dizer: “ele é nosso líder”, “ele é meu homem”, “ela é minha mulher”, “esta é minha casa”, então se tem a capacidade de fazer algo mais que representar estados de coisas preexistentes. Tem-se a capacidade de criar estados de coisas com uma nova deontologia; tem-se a capacidade de criar direitos, deveres e obrigações ao desempenharmos certos tipos de atos de fala e ao fazermos outras pessoas os aceitarem. Uma vez que alguns de nós reconheçamos alguém como líder, e um objeto como a propriedade de alguém, e um homem ou uma mulher como pessoas com quem temos uma ligação especial, criou-se já uma deontologia pública. Criaram-se já razões públicas para a ação, razões que são independentes de desejos. Mas note-se o funcionamento da linguagem que utilizamos para descrever esses fenômenos. Ela os cria. A linguagem os constitui de uma forma importante. Por quê? Porque os fenômenos em questão são aquilo que são apenas em virtude de serem representados da forma como são representados. As representações parcialmente constitutivas da realidade institucional – a realidade do governo, da propriedade privada, do casamento, assim como do dinheiro, das universidades e das festas – são essencialmente linguísticas. A linguagem não apenas descreve essas coisas; ela cria e, em parte, constitui aquilo que descreve.

A composicionalidade figura essencialmente na criação da realidade social e institucional. Dada a composicionalidade, o animal pode fazer muito mais que apenas representar estados de coisas existentes; ele pode representar estados de coisas que não existem, mas que podem ser trazidos à existência por meio de fazer com que uma comunidade aceite certa classe de atos de fala. Assim, por exemplo, o homem que diz: “isso é minha propriedade”, ou a mulher que diz: “esse é o meu marido”, podem estar fazendo mais que apenas relatar um estado de coisas antes existente; eles podem estar criando o estado de coisas por meio daquelas declarações. Uma pessoa que pode fazer com que outras aceitem essa declaração será bem-sucedida em criar uma realidade institucional que não existia antes da declaração.

Ainda não temos os performativos, porque eles requerem verbos performativos específicos ou outras expressões performativas, mas temos, sim, declarações com uma dupla direção de ajuste. Se eu declaro: “isso é minha propriedade”, então represento a mim mesmo como possuidor de um direi-

to à propriedade (a direção de ajuste palavra-para-mundo) e se faço com que outros aceitem minha representação, então crio o direito, porque o direito existe apenas por meio da aceitação coletiva (a direção de ajuste mundo-para-palavra). E essas coisas não são independentes: crio um direito por meio da representação de mim mesmo como alguém que já o possui.

Esse ato básico subjaz muito da sociedade. Não é fácil compreender esse ponto, mas eu penso que ele é essencial para o entendimento da sociedade. Os proferimentos criam razões independentes de desejos para a ação, e tais razões são então reconhecidas pela coletividade. Esse mesmo ato, aquele mesmo ato de *X-contar-como-Y-no-contexto-C*, pelo qual criam-se razões independentes de desejos para a ação no caso do ato de fala individual, é agora generalizável. Assim, aquilo que consideramos uma propriedade privada, por exemplo, é o tipo de ato de permanência. Ele é o tipo de ato de fala permanentemente afixado a um objeto. Ele diz: o proprietário desse objeto possui certos direitos e deveres, e outras pessoas que não os proprietários desse objeto não têm esses direitos e deveres. E pensemos no dinheiro como um tipo de ato de fala de permanência contínua. (Às vezes, o ato de fala está publicado. Nas notas de dólar americano, está escrito: "Esta nota tem valor legal para todos os débitos públicos e privados".)⁶

Ao longo deste capítulo, chamei atenção para diversos aspectos notáveis da linguagem humana. Nenhum deles é mais notável do que o seguinte: nas linguagens humanas, temos a capacidade não apenas de representar a realidade, tanto como ela é, quanto como desejamos fazer com que ela seja, mas temos a capacidade de criar uma nova realidade ao representarmos aquela realidade como algo existente. Criamos a propriedade privada: dinheiro, propriedade, governo, casamento e mil outros fenômenos desse tipo, ao representarmos esses fenômenos como coisas existentes.

13 Resumo do argumento até aqui

Há três pontos essenciais que quero esclarecer neste capítulo, além da análise das relações entre a intencionalidade não linguística e a intencionalidade linguística. Primeiro, quero enfatizar como a estrutura da intencionalidade pré-linguística nos permite resolver os problemas da relação

6 Esses pontos são mais desenvolvidos em Searle (1995).

entre referência e predicação e o problema da unidade da proposição. O segundo ponto trata da deontologia. A motivação intelectual fundamental que dirige essa segunda parte de meu argumento é a seguinte: há algo que fica de fora das considerações padrão dos manuais acerca da linguagem como algo que consiste em sintaxe, semântica e fonologia, com uma pragmática extralinguística acrescentada. Basicamente, o que é deixado de fora é o elemento essencial do compromisso envolvido em ter um conjunto de dispositivos convencionais que codificam a imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação. O terceiro ponto deste capítulo trata da criação de uma ontologia social e institucional por meio da representação linguística de certos fatos como algo existente, criando assim esses fatos. Quando entendemos esse terceiro ponto, temos uma compreensão mais profunda do papel constitutivo da linguagem na construção da sociedade e das instituições sociais. Deixem-me repor os passos do argumento de maneira que ele esteja tão claro quanto eu possa torná-lo.

Passo 1. Imaginamos uma espécie de animais capazes de consciência e de intencionalidade pré-linguística. E, de igual importância, esses animais são dotados da capacidade de ação livre e de intencionalidade coletiva. Eles podem cooperar e têm livre-arbítrio.

Passo 2. Temos de presumir que esses animais são capazes de criar procedimentos para a representação de estados de coisas, sendo que tais representações possuem significação de falante, como isso foi definido. Eles podem representar estados de coisas que acreditam existirem, estados de coisas que eles desejam que existam, estados de coisas que eles pretendem ocasionar etc.

Passo 3. Esses procedimentos, ou pelo menos alguns deles, se tornam coisas convencionadas. O que isso significa exatamente? Significa que, dada a intencionalidade coletiva, se alguém se consagra intencionalmente em um desses procedimentos, então outros membros do grupo têm o direito de esperar que esses procedimentos sejam seguidos corretamente. Consideramos este como o ponto essencial acerca das convenções. As convenções são arbitrárias, mas, uma vez que elas estejam estabelecidas, elas dão aos participantes um direito a expectativas.

Passo 4. Podemos também imaginar que aqueles animais dividem as representações em componentes repetíveis e manipuláveis que desempenham as funções de referência e de predicação.

Passo 5. A ideia central nesse argumento é a seguinte: apenas ter uma crença, ou um desejo, ou uma intenção, isso por si só não compromete uma pessoa de qualquer forma pública. É claro que uma crença é um compromisso com a verdade e que um desejo é um compromisso com a satisfação desse desejo, assim como uma intenção é um compromisso com uma ação, mas nenhuma dessas coisas, como tais, são empreendimentos públicos. Não há nenhuma deontologia envolvida, nenhuma obrigação publicamente reconhecida. Mas, uma vez que compromete-se livremente com as condições de satisfação dos estados intencionais correspondentes a essas coisas, e uma vez que se faça isso de uma maneira pública por meio da imposição de condições de satisfação sobre condições de satisfação, e uma vez que se faça isso de acordo com as convenções do grupo, então se tem um sistema para criar obrigações e outros tipos de compromissos deonticos. Note-se que os compromissos são com estados de coisas no mundo e não apenas com os estados intencionais correspondentes. Assim, se eu faço um enunciado, comprometo-me com a existência de um fato; se faço uma promessa, comprometo-me com o desempenho de uma ação futura, e assim por diante.

Passo 6. O mesmo ato linguístico fundamental que permite aos atos de fala trazerem uma deontologia de direitos, deveres, compromissos etc. pode se estender para criar a realidade social e institucional do dinheiro, governo, casamento, propriedade privada, e assim por diante. E cada uma dessas coisas é um sistema de deontologias. Uma vez que introduzamos os elementos da composicionalidade e da generalidade na linguagem, não há literalmente limite para as realidades institucionais que podemos criar apenas por meio de concordarmos, na linguagem, com a criação destas. Criamos universidade, festas e férias de verão, por exemplo. Os limites do poder institucional são os limites da própria deontologia. Os poderes deonticos são poderes que existem apenas porque eles são reconhecidos e aceitos como existentes. Às vezes, os reforçamos com a força física, no caso do direito criminal, por exemplo, mas a polícia e os exércitos são também sistemas de deontologias.

14 Por que as teorias semânticas padrão deixam de explicar esses aspectos

Agora completei os principais argumentos deste capítulo. Nesta seção e na próxima, responderei a algumas questões remanescentes.

Afirmei antes que as considerações tradicionais da linguagem são incapazes de atingir esse aspecto deôntico essencial. Ora, por que não poderiam, por exemplo, as considerações acerca das condições de verdade atingir esse aspecto? As considerações acerca das condições de verdade com as quais estou familiarizado fazem uma relação entre verdade e significação. Elas não compreendem como essa relação é necessariamente mediada pelo compromisso. Não é suficiente que haja uma correspondência ou uma relação de satisfação entre a sentença ou o proferimento, de um lado, e suas condições de verdade, de outro. Deve haver também uma relação de representação, e essa relação de representação não é explicada por um tipo de correspondência ou satisfação. A única maneira de ter a relação de representação consiste em compreender que um proferimento com uma significação não apenas corresponde às condições de verdade ou é satisfeito pelas condições de verdade, mas, em vez disso, é um *compromisso* com a existência dessas condições de verdade. Pode-se ver essa deficiência em sua forma mais extrema no caso da teoria pictórica da significação. O *Tractatus* de Wittgenstein é o enunciado clássico dessa concepção. O problema é que se devemos tentar conceber uma sentença como o retrato de um fato, sendo que esse retratar é definido em termos do isomorfismo da estrutura do retrato e da estrutura do fato correspondente, então, igualmente, o fato é um retrato da sentença. O isomorfismo é uma relação simétrica: se *A* é isomorfo a *B*, então *B* é isomorfo a *A*. Se essa sentença é, de alguma maneira, uma modalidade estrutural do fato, então o fato é igualmente um modelo estrutural da sentença, e perdemos a relação de representação que é essencial à linguagem. Ora, muito estranhamente, uma dificuldade similar afeta as considerações em termos da teoria de modelo no estilo de Tarski, tal como a de Davidson, porque se devemos dizer que a noção-chave é a satisfação, e se podemos explicar a satisfação recursivamente, então o problema é que se um objeto satisfaz uma sentença aberta, deve haver uma relação na qual uma sentença aberta representa um objeto, a relação de ser satisfeita por aquele objeto. Mas nenhuma dessas coisas, nem o que satisfaz, nem o que é satisfeito, nos dá a representação ou o compromisso. A forma particular de assimetria que é requerida entre a representação e a coisa representada envolve essencialmente um compromisso da parte do ato de fala com a existência do estado de coisas representado. Não é suficiente apresentar a linguagem e a realidade simplesmente como coisas que estão uma diante da outra de maneira neutra. A linguagem é usada para representar a realidade,

e a noção de representação envolve essencialmente mais que as noções de verdade e de correspondência, ou de satisfação. Ela envolve a noção de um *compromisso* com a verdade ou com a satisfação.

15 Por que a linguagem é essencialmente convencional e por que há tantas linguagens diferentes

Se a linguagem tem base biológica, então por que ocorre que falemos tantas linguagens diferentes? Se a Biologia Evolutiva nos deu a capacidade de linguagem, por que ela não nos deu uma única linguagem que todos os humanos pudessem falar? Com pequenas variações, os humanos possuem a mesma maneira de ver porque eles todos têm o mesmo aparato visual, mas eles certamente não têm o mesmo modo de falar. Por que não? A resposta provém em parte do fato de que falar é uma atividade voluntária, talvez a forma mais paradigmática de liberdade da vontade humana, e onde estão envolvidas ações voluntárias livres as pessoas desempenham essas ações de sua própria maneira voluntária livre. A Biologia pode nos dar uma base para a fala, mas de nós depende como falamos e de nós depende o que dizemos.

Suponhamos que tenha havido exatamente uma linguagem primordial com sua própria sintaxe e léxico. Sabemos pela linguística histórica que ela teria evoluído para diferentes dialetos, todos os quais seriam convencionais. Mesmo que todos tentassem o mais que pudessem imitar aquilo que eles considerassem o modo “correto” de falar, variações deveriam surgir. Em certo sentido, o Império Romano deu a seus súditos uma linguagem comum, mas ao longo de 2 mil anos ela evoluiu para as contemporâneas e mutuamente incompreensíveis: francês, português, espanhol, romeno etc. Assim, mesmo presumindo uma linguagem biologicamente determinada, o livre-arbítrio dos falantes da linguagem teria feito evoluir essa *Ursprache* para alguns dialetos convencionais, sendo que “convencional” implica tanto arbitrariedade quanto normatividade. Há um jeito certo e um jeito errado de falar em qualquer língua, mas a maneira como uma linguagem fixa a correção e o erro é convencional e, portanto, arbitrária.